

Parecer nº 110/98

Data: 1998.09.23

Processo nº 432

Reclamantes: Maria Teresa Alves, Jorge Nunes Alves, Miguel Albergaria e José Sá Fernandes.

Entidade reclamada: Junta Autónoma das Estradas - JAE.

1. Os reclamantes, invocando o artigo 16º, da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto - LADA, dirigiram-se à CADA reclamando em virtude de pedidos seus terem sido “parcialmente indeferidos tacitamente”, pela Junta Autónoma das Estradas – JAE.
2. Efectivamente, cada um dos citados requereu “à Junta Autónoma das Estradas - JAE, a consulta de todos os processos e documentos referentes ao IC17 - CRIL e Troço Buraca/Pontinha e ligações complementares ... assim como certidões e todas as informações referentes à mesma obra”, sendo todos os requerimentos formulados exactamente nos mesmos termos.
3. Os requerimentos aludidos foram declaradamente feitos “ao abrigo e para os efeitos do artigo 82º do Decreto Lei nº 267/85, de 16 de Julho ... e para permitir o uso dos meios contenciosos ou administrativos que no caso couberem ...”.
4. A JAE, em resposta, conforme ofício anexo, (nº 1352 de 1998/07/01), informou os requerentes que, “nos termos do artigo 82º do Decreto Lei nº 267/85, de 16 de Julho, de que poderá fazer a consulta a todos os documentos e processos referentes ao assunto mencionado em epígrafe (IC17 - CRIL - Troço da Buraca/Pontinha - Ligações Complementares), no dia 6 de Julho de 1998 pelas 15 horas na sala de reuniões da Direcção de Serviços de Projectos”.
5. Contudo, invocam os requerentes, “... que apenas lhes foram facultadas as pastas relativas ao projecto de execução da obra não lhes tendo sido permitida até hoje a consulta de qualquer outra documentação, nomeadamente a que se prende com o processo de consulta pública levada a cabo no mês de Agosto de 1997, do ante-projecto de 1969, dos processos de consulta aos Municípios de Lisboa e Amadora, a

estudos de tráfego e de impacto ambiental geral ... apesar de na altura os requerentes o terem solicitado por escrito”.

6. Contactada a JAE, a mesma veio esclarecer, por fax remetido ao relator em 1998/09/08, que os elementos não facultados na data estabelecida para a consulta (1998/07/06), descritos no ponto 5., não se encontrariam então disponíveis.

Assim, diz a JAE que o “Ante Projecto de 1996” (os reclamantes referem 1969), designação que não corresponde a nenhum estudo realizado, não existe e que outros também são inexistentes ou não se encontram na sua posse, não permitindo dar cumprimento ... às solicitações dos requerentes.

“Quanto ao estudo de tráfego ... bem como outros elementos relativos a consultas ou contactos estabelecidos com os Municípios, que não constituem processos individualizados”, estarão disponíveis para consulta ...” na oportunidade que se estabeleça, de acordo com a solicitação formulada pelos requerentes na data acima citada.

Aquele estudo, segundo fax de 1998/09/14, “foi solicitado ao Gabinete de Planeamento e Programação”, tal como “os processos de consulta às Câmaras Municipais de Amadora e Lisboa ... processo administrativo geral (não individualizados) onde consta toda a correspondência havida relativa ao sublanço em causa ...”, tentando-se reaver “elementos dispersos no seio da JAE” uma vez que tal processo não decorreu (como dizem) sempre pelo Departamento promotor do acesso.

Por sua vez, informa a JAE que o “Estudo do Impacto Ambiental **foram dados para consulta dos requerentes em 1998/07/06**”, quanto aos elementos à data disponíveis, encontram-se “a ser objecto de complemento pela firma projectista, aguardando-se o seu próximo envio”.

Por fim, “o Processo de consulta pública encontra-se igualmente no processo geral do sublanço, podendo ser consultado na mesma oportunidade que os restantes elementos”, diz-se no mesmo fax.

7. Esclarecendo os requerentes, a JAE, conforme cópias por fax, igualmente remetidas ao relator em 1998/09/14, oficiou a estes o essencial de que ficou referido antes e de que, oportunamente, os contactará para permitir a consulta, logo que os

diversos elementos estejam compilados e afirmando (fax de 1998/09/08) a sua total disponibilidade.

8. Assim, observa-se que, apesar da manifesta intenção de satisfazer o pedido dos reclamantes, a JAE não terá produzido com oportunidade informação esclarecedora quanto aos elementos em falta, dos inexistentes e da dispersão de outros que obrigava, como é referido, à sua compilação, situação, que sendo desconhecida dos interessados os motivou à reclamação.
9. Confirma-se, portanto, **que quanto aos requerimentos de 1998/06/08, os interessados não tiveram acesso à totalidade da documentação solicitada nem resposta que permitisse pressupor que o mesmo pudesse vir a ser deferido para oportunidade viável à JAE.**

Pese, embora, a boa intenção da JAE, declarada nos faxes citados e a invocação de dois sistemas de acesso a documentos, de facto assiste quer por um (LEPTA) quer por outro (LADA) o direito de acesso.

10. Não competindo tecer considerações acerca da não utilização da LEPTA, quanto à intimação prevista no nº 2 do artigo 82º, atemo-nos à Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, que à CADA compete apreciar.

Observa-se assim, que, tendo passado 35 dias, sem resposta a parte da solicitação, nos termos do nº 3 do artigo 15º, desta Lei, apesar da sua invocação só em face de reclamação, se produziu um indeferimento tácito parcial, quanto aos documentos cujo acesso não foi possível.

11. Ora, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 4º da LADA, tais documentos detêm apenas natureza administrativa, não sendo previsível que possam conter elementos nominativos ou dados pessoais, tal como os caracterizam as alíneas b) e c), do mesmo nº 1 e que, igualmente, não deterão elementos que se relacionem com segredos comerciais ou industriais ou da vida interna das empresas que vedem o acesso nos termos do nº 1, do artigo 7º, também da LADA, podendo, assim, o mesmo realizar-se directamente, sem necessidade de se expressarem as suas finalidades.

Neste termos, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, nos termos das suas competências expressas no artigo 20º, da LADA, delibera dar parecer favorável aos reclamantes devendo, por isso, ser-lhes permitido o acesso aos

documentos administrativos solicitados, dentro do prazo razoável que não prejudique o interesse dos mesmos, e pela forma requerida de acordo com a previsão do nº 1 do artigo 12º do mesmo diploma.

Lisboa, 23 de Setembro de 1998

Francisco de Brito (Relator) - *Silva Marques* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *José Renato Gonçalves* - *Gameiro dos Santos* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente).